



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº618/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11927/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Urucurituba.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Claudio Lima dos Santos (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 935/2023-MP/RMAM, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Urucurituba. Exercício de 2019.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo Art. 11, III, alínea "A", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual** do Sr. **Claudio Lima dos Santos**, Presidente da Câmara Municipal de Urucurituba e Ordenador de Despesas, à época dos fatos, nos termos do art. 22, inciso II, da Lei nº 2.423/96-LOTCE/AM c/c art. 188, §1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002- RITCE/AM, em razão da subsistência da Restrição 01;
- 10.2. **Aplicar multa** ao Sr. **Claudio Lima dos Santos**, Presidente da Câmara Municipal de Urucurituba, no valor de **R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), referente ao atraso na remessa dos balancetes de janeiro e fevereiro/2019 ao TCE (2 x 1.706,80), em descumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 06/1991 com redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000, e Resolução nº 13/2015-TCE/AM (Restrição nº 1, como não sanada), nos termos do art. 54, inciso I, alínea "A", da Lei nº 2.423/96-LOTCE/AM c/c 308, inciso I, alínea "A", da Resolução nº 04/2002- RITCE/AM, e fixar prazo de **60 dias**, para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo



ACÓRDÃO Nº618/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "A", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Determinar à atual Administração, sob pena das contas de o próximo exercício a serem julgadas irregulares, nos termos do artigo 188, inciso III, alíneas “B” e “E”, da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM, que:

10.3.1. Observe e cumpra com rigor a legislação quanto aos prazos de remessa dos balancetes mensais, via sistema e-Contas;

10.3.2. Estabeleça um servidor responsável pela guarda dos bens, em cumprimento ao que determina o artigo 94 da Lei 4.320/64.

10.4. Determinar ao Órgão Técnico que verifique a correção das falhas apontadas na próxima inspeção *in loco*;

10.5. Dar ciência ao Sr. **Claudio Lima dos Santos**, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão que for adotado pelo colegiado, para que tome ciência do decisório, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº618/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 10ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 3 de Abril de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente– não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Luís Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral